



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro iniciada a primeira reunião extraordinária da 5ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação de matérias constantes das Pautas nº 1, 2 e 3, de 2006.

Há expediente.

Solicito ao Deputado Colbert Martins que proceda à leitura do expediente.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Pois não, Sr. Presidente.

Expediente

I) Correspondência Recebida Interna:

1) Ofício nº 85, de 15 de fevereiro, da bancada de Goiás, solicitando alocação de recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão:

1) Ofício nº 92, de 9 de fevereiro, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Ausência: no período de 5 a 12 de fevereiro.

2) Ofício nº 26, de 9 de fevereiro, da Senadora Heloísa Helena. Ausência: no dia 9 de fevereiro.

3) Ofício nº 30, de 14 de fevereiro, da Senadora Heloísa Helena. Ausência: no dia 14 de fevereiro.

- Expediente solicitando a retificação de emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2006 dos seguintes Parlamentares, que foram encaminhados à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira para análise e posterior encaminhamento à Comissão:

1) Ofício nº 7, de 7 de fevereiro, do Senador Heráclito Fortes.

2) Ofício nº 5, de 9 de fevereiro, da bancada do Rio Grande do Norte.

3) Ofício nº 12, de 8 de fevereiro, do Deputado Dilto Vitorassi.

4) Ofício s/nº, de 8 de fevereiro, do Deputado Edison Andrino.

5) Ofício nº 25, de 9 de fevereiro, do Deputado André Figueiredo.

6) Ofício nº 16, de 9 de fevereiro, do Deputado Gastão Vieira.

7) Ofício s/nº, de 13 de fevereiro, da bancada de Santa Catarina.

8) Ofício nº 15, de 13 de fevereiro, do Deputado Salatiel Carvalho.

9) Ofício nº 1, de 14 de fevereiro, da bancada da Paraíba.

10) Ofício nº 67, de 8 de fevereiro, da bancada do Rio Grande do Norte.

11) Ofício nº 19, de 13 de fevereiro, da bancada de Minas Gerais.

12) Ofícios nºs 23 e 24, de 13 de fevereiro, do Deputado Enio Tatico.

13) Ofícios s/nº, da bancada do Rio de Janeiro.

14) Ofício s/nº, de 14 de fevereiro, da bancada de Alagoas.

15) Ofício nº 68, de 15 de fevereiro, da bancada do Rio Grande do Sul.

16) Ofício nº 36, de 15 de fevereiro, do Deputado Carlos Eduardo Cadoca.

- Ofício nº 48, de 9 de fevereiro, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando da abertura do prazo, por 5 dias úteis, a partir desta data, para interposição de recurso ao seguinte projeto de decreto legislativo: Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2006, referente aos Pareceres nºs 1, 2 e 3 de 2006; Parecer nº 4, de 2006-CN (relativo ao Aviso nº 01, de 2006, do Congresso Nacional — Apoio à implantação do Sistema de Trens Urbanos do Distrito Federal-DF).

II) Correspondência Recebida Externa:

1) Expediente, de 7 de fevereiro, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, reivindicando inclusão no Orçamento de 2006 de verba destinada ao pagamento de retroativos devidos a anistiados.

2) Ofício nº 23, de 9 de fevereiro, do Ministério do Esporte, para recomposição das dotações orçamentárias constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2006.

3) Aviso nº 24, de 8 de fevereiro, do Ministério de Minas e Energia, encaminhando Carta nº 1.00.103.06, de 8 de fevereiro, da ELETRONORTE, propondo alteração do Projeto de Lei Orçamentária de 2006.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

4) Ofício nº 30, de 9 de fevereiro, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, respondendo ao Deputado Alexandre Cardoso a solicitação de alteração de modalidade de aplicação da Emenda nº 31130006.

- Expedientes encaminhando Relatórios de Gestão Fiscal dos seguintes órgãos, em atendimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 2000 — Lei de Crimes Penais, combinado com os arts. 54 e 55 da Lei nº 101, de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal:

- Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco;

- Tribunal Superior do Trabalho.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta.

Avisos-SGS de 8 de fevereiro de 2006:

1) Aviso nº 73, de 2006 (Acórdão nº 100, de 2006): auditoria realizada na Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS.

2) Aviso nº 78, de 2006 (Acórdão nº 102, de 2006): obra rodoviária na BR-282, Santa Catarina, Florianópolis, divisa com a Argentina.

3) Aviso nº 88, de 2006 (Acórdão nº 108, de 2006): Agência Espacial Brasileira — AEB.

É o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Lido o expediente, vamos aguardar a chegada do Deputado Carlito Merz.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, enquanto aguardamos a chegada do Deputado Carlito Merz para fazer a leitura do relatório, gostaria de lembrar a V.Exa. e aos companheiros que seria importante aprovarmos um projeto de resolução antes da votação da proposta do Orçamento para 2006.

Pedi ao Senador Renan Calheiros e ao Líder do meu partido que intercedessem junto aos membros da Mesa Diretora do Senado Federal, a fim de que fosse aprovado o voto do Deputado Eduardo Siqueira Campos e de que a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados aprove o voto do Deputado Eduardo Gomes, ambos sobre a Resolução nº 2, de 2005.

Gostaria muito da atenção do Presidente desta Comissão e dos Líderes partidários no sentido de que se conscientizem da importância da realização de sessão do Congresso Nacional, a fim de que seja discutida a resolução ainda antes da votação do Orçamento.

Na Comissão estamos para colaborar. E há consenso quase unânime de que precisamos mudar as regras da votação do Orçamento. Evidentemente, a aprovação dessa resolução, mesmo com as alterações feitas pela Maioria, é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, pediu-nos que anexássemos o projeto ao relatório da Comissão e que procurássemos votá-lo, porque é importante. Foi promessa de S.Exa., quando assumiu a Presidência do Senado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Vignatti.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, o aviso enviado pelo Tribunal de Contas da União trata de obra rodoviária em Santa Catarina, para sanear irregularidades na BR-282 que perduram por 6 anos. A rodovia é muito importante para o MERCOSUL. No caso, o trecho de 38 quilômetros a ser restaurado liga Santa Catarina à Argentina. A obra já estava licitada, e a bancada catarinense priorizou a maior emenda.

A destinação de mais recursos do Orçamento, por intermédio do Relator e da bancada catarinense, seria importantíssima para a finalização dessa obra.

Sr. Presidente, se for realmente necessário esperar o Deputado Carlito Merz, sugiro a V.Exa. que suspenda a reunião por 5 a 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Gostaria que V.Exa. citasse a obra, para identificarmos se o aviso chegou.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Colbert Martins.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, em nome do PPS, quero dizer que apoiamos a proposta do Deputado Ricardo Barros e do PP de discussão e aprovação da resolução que dá nova formatação à produção e à fiscalização da peça orçamentária, ou seja, das mudanças promulgadas pelo Presidente do Congresso ontem. Essas modificações dizem respeito ao recesso parlamentar. É necessário que venhamos também a modificar a sistemática da aprovação da peça orçamentária.

Entendemos que a proposta feita pelo Deputado Ricardo Barros, na condição de Relator, em discussões das quais participamos, é absolutamente atual, contemporânea e necessária para que, em 2006, seja dada nova forma de tramitação ao Orçamento: participativa, controlada, transparente e adequada ao novo momento do Congresso Nacional, a partir das mudanças por nós votadas.

Sr. Presidente, o PPS apóia a mudança na Resolução nº 2. Que venhamos a votá-la na primeira reunião do Congresso, antes da votação da proposta do Orçamento para 2006.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, enquanto aguardamos a chegada de Parlamentares, pergunto a V.Exa. qual será o cronograma dos nossos trabalhos. Estou muito preocupada com datas vindouras, porque os Deputados não se aquietam na Casa. Hoje, o *quorum* está baixo. Quero saber se V.Exa. pretende que seja feita hoje a leitura do relatório das receitas, bem como seja feita a sua votação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, estou percebendo mobilização por parte dos servidores, o que, aliás, é uma novidade na nossa Comissão. Não havia esse tipo de reivindicação, até porque, no meu entendimento, não podemos, na Comissão Mista de Orçamento, aumentar despesa continuada. É atribuição privativa do Poder Executivo.

Então, consulto a Presidência sobre a admissibilidade da emenda de Relator que vai autorizar o aumento salarial dos servidores. De acordo com o entendimento que tive com técnicos da Comissão, não teríamos a prerrogativa de aprovar esse tipo de despesa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - O Deputado Ricardo Barros tem razão, por ser tratar de despesa continuada. No entanto, a Comissão, unanimemente, em reunião passada, com o empenho pessoal do Relator, Deputado Carlito Merz, resolveu buscar recursos de modo que aquela previsão incluída no Orçamento seja aumentada, para dar aos servidores públicos o aumento almejado.

Vamos fazer isso, sim, com apoio ou não. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria cumprimentar V.Exa. pela visão política sobre o assunto, diante do longo período em que os servidores pouco foram lembrados pelas autoridades, principalmente pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, que não lhes concedeu aumento salarial por 8 anos.

Sr. Presidente, há compreensão no sentido de que caberá ao Ministério do Planejamento encaminhar os projetos de lei relativos à questão. Aliás, a avaliação das receitas tem tido o acompanhamento daquele Ministério, em particular no que tange ao reajuste salarial do servidor público.

Digo isso, Sr. Presidente, porque tenho diuturnamente debatido a matéria. Então, não me poderia furtar, neste momento, de dizer que isso não é tirado do colete. Não há outro propósito a não ser o interesse público. Ao valorizarmos o servidor público, poderemos debater a valorização das políticas públicas e o papel do Estado na sociedade brasileira. É assim que verificaremos o valor do servidor público e de sua remuneração, hoje extremamente achatada. Temos de levar em conta o processo de criação das carreiras de Estado, em detrimento do chamado "carreirão". Por isso estamos aqui.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Os servidores fazem muito bem de acompanhar a reunião. Os trabalhos desta Comissão têm de ser acompanhados pela sociedade, pelo movimento organizado, que devem saber como se deliberam aqui matérias tão relevantes para o servidor público e para a própria sociedade brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Esclareço que o nobre Deputado Ricardo Barros levantou questão em defesa da legalidade do ato. Poderíamos incorrer em erro que depois acarretaria prejuízo para todos, criando falsa expectativa. No entanto, S.Exa. jamais seria contrário a benefício para os servidores públicos.

Esta Comissão tem o compromisso de rever esse problema, como fez em relação ao salário mínimo. E o Deputado Carlito Merss, desde o primeiro momento, disse que, na condição de Relator, uma de suas primeiras medidas seria a de assegurar recursos suficientes para que houvesse aumento salarial significativo para o servidor público. *(Pausa.)*

Srs. Parlamentares, há número regimental.

Passaremos, então, a apreciar a ata da 1ª reunião da 5ª Sessão Legislativa Ordinária, realizada nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2005.

Se houver concordância do Plenário, ficará dispensada a sua leitura, já que foram distribuídas cópias antecipadamente.

Não havendo quem queira discuti-la, conforme estabelece a alínea “f” do art. 8º do Regulamento Interno, declaro a ata aprovada.

Ordem do Dia.

Pauta nº 1, de 2006.

Item 1: Projeto de Lei nº 40, de 2005, do Congresso Nacional, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006” — Proposta Orçamentária de 2006.

Relator-Geral: Deputado Carlito Merss.

Tem a palavra o Sr. Relator, para apresentar o segundo relatório do Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, demais membros da Comissão Mista de Orçamento, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, servidores presentes, estou há 7 anos nesta Comissão e é a primeira vez que, de forma republicana e consciente, prestadores de serviço vêm aqui fazer o bom debate, como já disseram alguns Deputados. E eles escolheram um momento importante para fazer isso.

Há cerca de 3 semanas fiz este alerta, quando discutimos longamente com o Governo Federal — Ministérios do Trabalho e da Fazenda, Secretaria da Receita Federal — uma solução razoável para outros temas importantes do Brasil: salário mínimo e recuperação de parte das perdas ocorridas na Tabela do Imposto de Renda. E achava importante que os servidores entendessem que a luta é fundamental, mas este espaço também é importante, se não for mais até do que as negociações na data-base, quando os servidores lutam para recuperar os seus direitos.

Nesta semana, os senhores acompanharam uma luta. Nós, Parlamentares — Senadores e Deputados —, representamos o País com recursos limitados. Ainda há problemas regionais gravíssimos; é preciso reestruturar parte do Estado; é preciso pagar menos juros nos contratos assinados pelo Estado brasileiro nos últimos anos.

A responsabilidade desta Comissão, em especial na apresentação deste relatório de avaliação da receita orçamentária, é muito grande. Deputados e Senadores membros desta Comissão têm de fazer, eu diria, a parte mais difícil do trabalho parlamentar. Primeiro, porque o Orçamento é uma expectativa: consiste em se tentar fazer a leitura do quadro para imaginar o que pode acontecer nos 12 próximos meses. O Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária tem uma função muito difícil: procurar fazer a leitura macroeconômica das condições do País e imaginar quanto pode arrecadar em um período de 12 meses. E, muitas vezes, todas as informações que venha a obter são insuficientes para uma análise concreta.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Por isso, há sempre esta divergência: nós imaginamos receita tal com o incremento deste imposto, daquela contribuição, mas também haverá algumas desonerações; pode haver problemas na macroeconomia. E acabamos inseguros para imaginar algo tão importante. Porque, a partir da receita que estamos fazendo, aparece a tarefa seguinte, qual seja a de encaixar todas as despesas em relação à arrecadação imaginada.

Nós fizemos, ainda em dezembro, a primeira reestimativa com os números e os dados que tínhamos à época. No segundo relatório, fizemos nova reestimativa. Ele será lido por mim. Já foi assinado por todos os membros da Comissão.

Repito: foi feita a atualização das estimativas, nova avaliação. Basicamente, foi feita a aplicação de novos parâmetros a receitas administradas, bem como foram incluídas receitas administradas atípicas, além de ter sido incorporada renúncia da receita, posterior ao encaminhamento da proposta feita.

Os senhores acompanham o processo há cerca de duas semanas. O Poder Executivo encaminhou proposta de desoneração, principalmente para produtos da chamada cesta básica da construção civil. É disso que estamos falando. Nós entendemos que, a partir dessa decisão do Executivo, não teremos 1,3 bilhão de receita, se essas decisões não fossem tomadas.

No ano passado, deparamo-nos também com outras questões, das quais todos se lembram, relativas à medida provisória que desonerou uma série de itens. Outra decisão tomada pelo Executivo foi a de envio de projeto de lei à Casa, ainda a ser discutido, sobre a atualização do valor do salário mínimo para 350 reais a partir do mês de abril.

Aqui também se faz menção à atualização da Tabela do Imposto de Renda em 8%, segundo informações, por meio de medida provisória que deverá chegar ainda nesta semana à Casa.

Essas análises fazem crer que haverá alguns acréscimos de receita. Fazem o cálculo das transferências a Estados e Municípios, de alguns dividendos que ampliam a receita; da taxa de fiscalização dos serviços de telecomunicação. Com o parcelamento de débitos municipais se ganha em relação ao reajuste de salários, por mais contraditório que possa parecer. O aumento do salário mínimo gera receitas, principalmente para a Previdência Social. Cito ainda a discussão sobre o SIMPLES; o bônus de assinatura de contratos de concessão; *royalties* na produção de petróleo e gás natural. A participação especial na produção de petróleo e gás natural é importante item. Isso nos ajudou muito.

Na Tabela 1, à página 3 do relatório, há um resumo dos aumentos de receitas por estimativa do Comitê. Na nossa primeira receita, foi estimado valor superior ao que o Executivo mandou na sua mensagem: 9 bilhões, 989 milhões, 698 mil reais, que sempre arredondávamos para 10 bilhões. Haveria, conforme estudos feitos pela Consultoria, convalidados pelos Deputados e Senadores da Comissão, acréscimo de mais 5 bilhões, 263 milhões e 221 mil reais.

Este segundo relatório reflete a decisão do Comitê de Avaliação de rever as hipóteses de comportamento de algumas variáveis macroeconômicas; de adotar fator mais elevado na compensação pelo desvio já estudado há um bom tempo na arrecadação; de rever as estimativas das perdas, por tributo, devidas à Lei nº 11.196/05 e à Medida Provisória nº 275/05, ainda em discussão nesta Casa; de incorporar à reestimativa a renúncia de receitas decorrente da revisão da Tabela do Imposto de Renda Pessoa Física; de incorporar à reestimativa o aumento das receitas previdenciárias calculadas a partir do aumento do salário mínimo; e outros itens.

Novos parâmetros foram aplicados, principalmente por causa do desvio decorrente da mudança metodológica verificada. Há um debate entre o Congresso Nacional e o Executivo sobre isso. A nova estimativa do PIB para 2005 reflete, em parte, a queda da atividade econômica detectada pelo IBGE no terceiro trimestre do ano passado e incorporada nas novas projeções do Banco Central.

Discute-se também a renúncia de receitas decorrente da implantação do novo SIMPLES, bem como as receitas de alienação de estoques estratégicos.

Estou fazendo um resumo para ganhar tempo.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Em suma, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, da parte deste Comitê há recomendação ao Relator-Geral para que proponha à Comissão o acolhimento da reestimativa de receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal e de outras receitas, na forma dos resultados demonstrados nos quadros e tabelas anexos ao relatório.

Estão presentes aqui alguns membros do Comitê, que sofreram comigo nos últimos dias para chegarmos a um texto que espelhasse receita factível, porém responsável.

Tenho dito publicamente que talvez a grande tarefa desta Comissão e deste Relator seja a de procurar o equilíbrio entre o conservadorismo do Executivo — da Secretaria da Receita Federal e do Ministério da Fazenda — e a nossa expectativa de atendimento mínimo a todas as demandas explícitas da sociedade brasileira. É muito difícil achar o meio-termo.

Pior seria imaginar uma receita muito inflada, exagerada, que obrigasse o Presidente da República, dentro de 10 a 15 dias, a fazer contingenciamento muito elevado. Com certeza haverá contingenciamento, porque se discute a expectativa de receita. Agora, esperamos chegar a um número razoável de contingenciamento que nos possibilite lutar durante o ano.

Esperamos que a expectativa apresentada neste relatório seja confirmada nos meses subseqüentes, para entrarmos no segundo semestre com a certeza absoluta de que mais uma vez chegaremos próximos daquilo que este País — com o seu crescimento já nítido — pode conceber.

Este é o relatório, Sr. Presidente. Estamos à disposição para oferecer informações aos membros da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Iniciada a discussão do Relatório de Avaliação da Receita Orçamentária para 2006.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Relator, a questão principal da reavaliação de receita — a despesa é tema de outra discussão, mais difícil — talvez seja a necessidade de ampliação dos recursos para algumas importantes ações, tais como o reajuste do salário mínimo. São quase 40 milhões os brasileiros que vivem com salário mínimo, sendo 17 milhões pensionistas e aposentados do INSS. Então, é grande o impacto nas contas públicas e na despesa da Seguridade Social.

Quanto à recomposição salarial do funcionalismo público brasileiro, sabemos que há demanda reprimida e que o montante de 5 bilhões vai atender parte dessa demanda, principalmente de setores prejudicados. Sabemos também que a composição do serviço público brasileiro não é homogênea: alguns setores exercem maior poder de pressão e obtêm boa parte dos recursos do Orçamento.

Destinando-se parte desses 5 bilhões para atender a 18 planos de carreira, discutidos e aprovados pelo Ministério do Planejamento, e mais outro tanto para atender aos PCC, pelo menos se dá certa isonomia salarial ao serviço público brasileiro. Não é admissível que a diferença entre o mais baixo e o mais alto vencimentos seja superior a 50 vezes. Em qualquer estrutura organizacional, essa diferença não ultrapassa 10 vezes. Portanto, essa distorção tem de ser corrigida, até para que haja permanente política de reajuste de vencimentos que permita manter a homogeneidade e o equilíbrio.

No ano passado, eu me indispus com alguns setores porque fui favorável ao aumento diferenciado. O aumento linear para todos os Poderes só distorceria ainda mais a desigual situação hoje existente. A recomposição salarial, por intermédio da implantação dos PCC, aumentando o piso salarial e corrigindo distorções, poderá construir de maneira permanente política de vencimentos que garanta a isonomia, o equilíbrio e a sintonia entre cargos similares no Poder Público brasileiro.

Sei que a execução do Orçamento deste ano não vai ser fácil porque estamos em período eleitoral. Vai ser um ano curto para a execução orçamentária. Os Deputados Wasny de Roure, Fátima Bezerra e outros, sintonizados com essa causa, devem conversar com o Ministro do Planejamento, a fim de pedir-lhe que acelere o envio de projetos de lei ao Congresso Nacional. Vamos implementar planos de carreira e torná-los viáveis para este ano. *(palmas)* A



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

receita deve estar garantida, com projeto apresentado nesta Casa, para que possamos fazer justiça aos servidores públicos.

Está superada a concepção anterior de carreira típica de Estado e dos outros. Não há outros; existe funcionário público. Independentemente da sua relevância, da sua responsabilidade, no seu conjunto, ele atende ao objetivo maior de servir à sociedade brasileira.

Cumprimento o Relator por ter dado um puxão de orelha nos servidores, porque eles só reclamavam no mês de maio de cada ano, quando já era tarde demais. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, eu estou analisando a tabela da página 20 do relatório, sobre os principais índices macroeconômicos. Quanto ao câmbio, a média é de 2,33 reais para 2006.

Peço ao Relator que acompanhe a minha leitura e me corrija, caso esteja enganado.

Quanto à Taxa SELIC, o índice é de 15%, contra inflação de 4,6%, medida pelo IPCA. Dessa forma, sacrificamos os que produzem neste País. Para uma inflação de 4,6%, pagam 15% de SELIC para financiar os impostos do Poder Público.

Outro cálculo: o crescimento real do PIB será de 4,50%, valor que talvez esteja superestimado.

Quero deixar claro o cenário proposto neste segundo relatório: o crescimento de 4,5% foi mantido; a inflação passou de 4,52% para 4,6%; e a média do câmbio passou de 2,42 reais para 2,33. Então, há expectativa de redução do câmbio.

Sr. Presidente, gostaria de debater com o Relator alguns pontos da sua proposta.

A parte mais significativa do relatório é a das receitas previdenciárias. Trata-se da Lei nº 11.196 e da Medida Provisória nº 275, ou seja, de 3,3 bilhões a mais. E também há a arrecadação do SIMPLES, com ganho de 3,19 bilhões a mais.

Então, sobre esse contexto nós temos de fazer uma reflexão.

Na página 7 do relatório, S.Exa. diz que, a partir da edição da Medida Provisória nº 275, a arrecadação do SIMPLES se inverteu. Sessenta por cento da arrecadação eram provenientes da arrecadação de impostos, Sr. Relator, e 40% eram destinados ao INSS. A partir da edição da medida provisória, 60% da arrecadação cabem ao INSS. Portanto, Estados e Municípios ficam prejudicados porque deixam de participar da arrecadação dos 20%, invertidos no processo.

Solicito ao Relator que nos explique com clareza esta questão, bem como a renúncia de receitas com o novo SIMPLES. Na verdade, com a Medida Provisória nº 275, transferem-se recursos oriundos da arrecadação de impostos, portanto divisíveis entre Municípios e Estados, para o INSS, cuja receita é administrada pela União.

Sr. Relator, na página 11, são citadas as licitações de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural. A receita é de 1 bilhão e 88 milhões de reais. A ANP, que arrecada 2 bilhões de reais, só obteve 200 milhões reais. E o seu investimento é justamente em prospecção de novas áreas que deviam ser licitadas. Nesse sentido, vejo que o Governo age contra o seu próprio interesse, na medida em que suprime recursos da ANP, que não pode prospectar novas áreas e, portanto, não pode colocá-las em licitação, com o que auferiria grande receita.

Faço apelo ao Relator-Geral no sentido de que olhe com carinho a receita das agências reguladoras, contingenciada fortemente pelo Governo. Ela deveria ter mais flexibilidade porque as agências geram novas receitas. As agências arrecadam com fiscalização receitas próprias e não podem utilizá-las devido à política do Governo, que tenta manietá-las e, de acordo com o projeto de lei que tramita nesta Casa, transformá-las em departamento dos Ministérios.

No relatório há 19 bilhões e 200 milhões a mais de receita, sendo que, para a apropriação da administração pública direta são 13 bilhões e 950 milhões, com receitas administradas. É o que está escrito à página 16.

Essas são as dúvidas que apresento ao Relator. Peço esclarecimento especialmente no que diz respeito à transferência da arrecadação de tributos, estabelecida em 60% para o INSS e



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

em 40% para as outras receitas, e no que diz respeito à arrecadação do SIMPLES, porque estamos tirando dinheiro antes dividido entre Estados e Municípios. Este é o alerta que temos de fazer aos membros da Comissão, na medida em que todos nós, ou a grande maioria, somos municipalistas e nos preocupamos com a garantia da arrecadação dos Municípios.

Após ouvir o Relator, espero ter total esclarecimento dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar parabeno o Relator, Deputado Carlito Merss, e todos os Parlamentares que compõem o Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária, pelo belo relatório que fizeram. Realmente, trata-se de uma obra de arte. A Coordenadora, Deputada Rose de Freitas, é uma caçadora de receitas.

A estimativa de receita foi muito bem feita. Está consolidada, é lúcida e cristalina. É um trabalho como poucos já realizado nesta Comissão. O Relator foi muito duro quanto à receita, mas tem grande responsabilidade e precisamos ajudá-lo a fechar este relatório. Há alguns problemas praticamente solucionados, e vamos honrar alguns acordos feitos nesta Comissão. É um excelente e excepcional relatório.

Parabeno também os servidores públicos presentes. *(palmas)* Eu disse aqui, outro dia, que o grande prazer de um pai e de uma mãe é o de ver um filho passar num concurso público, principalmente na esfera federal, e de vê-lo ser chamado para o trabalho. Ali está a garantia da vida do seu filho.

No entanto, com o passar dos anos, o salário do servidor público ficou defasado. Hoje, um técnico de nível superior da SUCAM, por exemplo, ganha de 900 a mil reais; os que ganham mais, sobrevivem com 1.500 reais mensais, já no último nível de carreira. Temos de corrigir isso. *(Palmas.)*

Não estou querendo vender fumaça para os servidores públicos. Não vamos poder corrigir tantas distorções em apenas 1 ano. É impossível. Podemos, nesta Comissão, criar um grupo de trabalho e, ano a ano, subir a escada, reconquistando o valor da categoria. Podemos fazer isso. Tenho certeza de que este será o primeiro ano do início da conquista. Há unanimidade nesta Comissão no sentido de valorizar o servidor público. Está presente o Deputado Ricardo Barros, que certamente vai nos ajudar. Não defendo o salário justo, mas que pelo menos não seja injusto. Quero conquista razoável e começo de evolução salarial.

Sr. Presidente, aproveito ainda para cumprimentar os colegas Parlamentares que fizeram parte do Comitê de Emendas. Realmente, merecem nota 10. Os Deputados João Grandão, Jovair Arantes, Benedito de Lira, Rose de Freitas, Ronaldo Dimas e Luiz Carreira—este grande Parlamentar, meu colega da Bahia, que muito nos honra — fizeram excelente trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - E a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sim, Sr. Presidente. Cito primeiramente os Deputados. Jamais me esquecerei da Senadora Lúcia Vânia, nem dos Deputados Nazareno Fonteles, Alex Canziani e Humberto Michiles. *(Palmas.)*

Sras. e Srs. Parlamentares, estamos caminhando para a conclusão da votação da proposta de Orçamento para 2006. Parabeno o nosso Presidente pela bela condução dos trabalhos. Hoje sairemos daqui com o segundo relatório de receitas orçamentárias aprovado, para que o servidor público obtenha, o mais rapidamente possível, aumento salarial.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o nobre Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, servidores que acompanham a reunião, quero registrar meus cumprimentos ao Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária, ao Relator e à nossa equipe de assessores.

Sr. Relator-Geral, foi discutida com os Relatores-Setoriais a reavaliação da receita na casa de 10 bilhões, mas há alteração para 14 bilhões, a partir das receitas administradas. Na



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

receita total, o valor está próximo de 19 bilhões de reais. O meu raciocínio está equivocado ou correto? Gostaria que V.Exa. se manifestasse sobre a matéria.

No Anexo 6 está a evolução da receita total. Peço à Assessoria que me ajude a identificar a tabela dos anos 2005 e 2006. *(Pausa.)*

Na tabela da página 26, nós verificamos que, em 2005, a Lei Orçamentária projetava receita global de 482,5 bilhões. Nos 2 relatórios subsequentes, houve incremento significativo, chegando-se a 9 bilhões a diferença para o segundo relatório. Para 2006, entendo que o Relator está seguindo o mesmo procedimento de variação.

Esta é, portanto, a minha segunda pergunta ao Relator: V.Exa. está prevendo incremento de 526 bilhões no texto da lei para o segundo relatório, que prevê 545 bilhões? S.Exa. segue o mesmo ritmo adotado no ano de 2005?

A terceira indagação refere-se ao item h, localizado à página 4: *“autorizar o Relator-Geral a incorporar às estimativas o imposto sobre os rendimentos e contribuições para o plano de seguridade social do servidor que decorrerem da definição de montante não contemplado na proposta, destinado ao aumento salarial de militares e servidores civis, estabelecidos neste Relatório para cada aumento de R\$100 milhões ou fração”*.

Indago ao Relator: traduzindo em números, o que V.Exa. quis dizer nesse item?

Por último, cumprimento os servidores públicos que acompanham os trabalhos desta Comissão, no que se refere ao processo de revisão salarial da categoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Com a palavra o Sr. Deputado Colbert Martins.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, senhores membros do Comitê de Receitas, vejo que houve reestimativa de receita; que aumentamos a receita. Por quê? Porque a receita prevista pelo Poder Executivo não é suficiente para pagar salário mínimo maior do que 321 reais. Para chegar a 350 reais, nós, Deputados e Senadores, temos de identificar receitas. Para garantir o aumento concedido pelo Poder Executivo aos servidores públicos, que são muito bem-vindos, é preciso que o Poder Legislativo funcione, porque a proposta do Poder Executivo não paga o que está escrito. Estamos aqui cumprindo compromisso direto com a população que nos elegeu.

Nesta convocação extraordinária, fizemos mais de 20 reuniões, para que hoje, Deputado Carlito Merss, V.Exa. e os demais membros do Comitê de Receitas pudessem utilizar novos recursos que estavam, por assim dizer, camuflados nesse emaranhado que é a arrecadação no Brasil.

Em dezembro ainda, a Secretaria da Receita Federal publicou a análise da arrecadação federal referente àquele mês. Houve novo recorde das receitas administradas. E é importante que o País obtenha recordes na administração de receitas, para que possamos gastá-las aqui com o que é mais importante para o povo brasileiro.

De qualquer forma, Sr. Presidente, vejo no relatório que houve superação simulada da arrecadação de 24,5 bilhões de reais. Parte desse desvio foi explicado pelo aumento do lucro tributável de empresas em 2005, mas nem mesmo a diferença de 12 bilhões de reais pode ser atribuída apenas aos lucros. Outros elementos ignorados contribuem para o desempenho da arrecadação acima do esperado. Há elementos ignorados que aumentam a receita, e temos todos os instrumentos do mundo para baixá-la. Não conseguimos encontrar receita. É preciso descobrir os elementos ignorados, que não explicam exatamente como a receita sobe no Brasil.

Argüiram-se aqui perdas decorrentes da edição da Medida Provisória nº 252, de 2005, e nos esquecemos da Medida Provisória nº 275, também de 2005, a do SIMPLES, que aumentará muito a arrecadação, até mesmo a do INSS. E ela foi incorporada agora. A reestimativa do aumento das receitas previdenciárias com a arrecadação do SIMPLES é de 2 bilhões e 300 milhões de reais. No relatório anterior, a perda era de 738 milhões de reais.

Eu entendo, Sr. Presidente, que muito do que está aqui é resultado do grande esforço do Poder Legislativo, desta Comissão de Senadores e Deputados, preocupados em vasculhar o emaranhado difícil de entender que é o Orçamento da União, para garantir os recursos



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

necessários para o aumento do salário mínimo, para a saúde, para a manutenção das Forças Armadas, para o atendimento dos nossos compromissos com os servidores públicos deste País.

Votarei com tranqüilidade este relatório, acreditando, Deputado Carlito Merss, que, se V.Exa. e os outros membros desta Comissão procurarem, com certeza vão encontrar muito mais recursos. E V.Exa. pode ficar tranqüilo porque, no final deste ano, vamos alcançar outro recorde de arrecadação de recursos de condições ignoradas. E não vamos ficar somente na ignorância: vamos aproveitá-los e gastá-los logo, porque de palavra poucos de nós vivem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tem a palavra o Deputado Luiz Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde o início dos nossos trabalhos, nas reuniões do Comitê de Receitas com o Relator, Deputado Carlito Merss, eu tenho insistido em que, além da receita, busquemos reestimar a despesa. Infelizmente, acho que ainda não será desta vez que o Congresso vai fazer isso, até porque o Executivo nos enviou peça orçamentária que não atende sequer ao desejo do Presidente da República.

O Deputado Colbert Martins foi muito feliz na sua fala. Já venho defendendo isso há algum tempo. Só ontem ouvi o Presidente do Senado reconhecer esse fato e dizer publicamente que quem está concedendo o aumento do salário mínimo é o Congresso Nacional, elevando o valor de 321 reais, previsto na proposta orçamentária, para 350 reais. O Orçamento que recebemos não previa recursos suficientes para cobrir essa despesa, reconhecida por todos como necessária para a elevação do poder de compra de quem recebe salário mínimo, mas o possível nas atuais condições.

De igual modo estamos tratando da correção da Tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, que também não constava da proposta orçamentária, nem o reajuste do funcionalismo, muito justo, nem a compensação financeira dos Estados, conforme prevê a Lei Kandir.

O buraco orçamentário era de 17 bilhões de reais. Esta Comissão teve de se debruçar sobre a peça orçamentária, que poderia até não ter sido aceita pelo Congresso, já que continha déficit preanunciado, para fazer um trabalho cuidadoso e chegar à reestimativa de receita de 15 bilhões de reais.

Tivemos hoje à tarde reunião com representantes da Receita Federal, a que fazemos todos os anos. Sempre se diz que a reestimativa do Congresso Nacional não será possível atingir, mas não é verdade. E vou provar. Em 2003, por exemplo, da receita total de 351,4 bilhões de reais prevista na lei — nem estou falando do projeto de lei enviado a esta Casa, mas da lei, depois de feita a reestimativa pelo Congresso Nacional —, foram executados 358 bilhões, ou seja, 6,697 bilhões a mais.

Agora vou falar do que o Tesouro Nacional gosta. As receitas arrecadadas passaram de 238,2 bilhões para 242,8 bilhões de reais, ou seja, foram 4,7 bilhões a mais do que o Congresso Nacional reestimou. Em 2004, passaram de 411 bilhões para 420 bilhões de reais, ou seja, a diferença foi de 9,4 bilhões a mais. As receitas administradas subiram de 279,9 bilhões para 286 bilhões de reais, ou seja, foram 6,890 bilhões maiores. E isso se sucede até que, em 2005, obtivemos 10 bilhões a mais. Em 2002, foram 20 bilhões a mais.

Sr. Presidente, é preciso que se frise mais uma vez que esta Casa está cumprindo o seu papel de atender às necessidades maiores, sejam do funcionalismo, sejam de reajuste do salário mínimo ou da Tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. Mas é preciso que se dê esse crédito ao Congresso Nacional. E não é o Executivo que vai dá-lo. A imagem deste Parlamento sofreu desgastes durante 30 dias.

Está na hora de dizermos que estamos cumprindo o nosso dever de atender às necessidades do País. O Governo poderia ter feito isso tranqüilamente: bastaria não ter mandado a proposta de 14 bilhões para investimentos, até porque todos sabemos que é, sim, possível cortar despesa de investimento. Tenho dito isso sempre, mas infelizmente fui voto vencido, a única palavra. Por exemplo: não há razão alguma para começar um projeto como o da transposição de águas do Rio São Francisco, que vai custar 1 bilhão de reais, num ano



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

praticamente acabado. A obra não vai ser realizada, e vai sobrar crédito orçamentário. Mas não há previsão de crédito para o reajuste do funcionalismo público. Para a transposição há, embora a obra seja uma grande sandice, mas não vou entrar nesse mérito.

Dos 14 bilhões de reais previstos para investimentos, qualquer um de nós, com a ajuda de 2 ou 3 assessores do Ministério do Planejamento ou da Fazenda, pode facilmente cortar 50%, sem prejudicar um único projeto do Governo, ou seja, sem paralisar suas ações. Basta que redefina as prioridades de investimentos e, evidentemente, de despesas correntes, já que pretende atender às necessidades básicas de parcela significativa da sociedade.

Para concluir, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar o trabalho exemplar dos técnicos que assessoram esta Comissão. Fizemos hoje longo debate com os técnicos da Receita Federal, cuja visão eu respeito. Acho que eles têm o direito de procurar se preservar, fazendo estimativa de receita com precaução para, no final, chegar talvez a superávit maior, a resultado melhor, como de fato aconteceu no final do ano passado com essa orgia toda de empenhos. Sobrava dinheiro porque o superávit acabou sendo muito maior do que o necessário ou o estabelecido na meta prefixada pelo próprio Governo.

É preciso deixar esse aspecto muito claro para que o Congresso Nacional não pareça submisso ao Executivo. Assim que aprovarmos este relatório, os Ministros da Fazenda e do Planejamento certamente dirão que o Congresso está extrapolando a sua competência, que está reestimando receitas a mais, que será preciso contingenciar o Orçamento para cumprir a estimativa de receita estabelecida. Essa ladainha nós ouvimos todos os anos, mas ela não corresponde à verdade. Basta fazer a análise cíclica dos dados desde 2002 para verificarmos com bastante segurança que sempre reestimamos a receita abaixo até da efetiva arrecadação da União.

O PFL tem colaborado com esta Comissão. Pessoalmente, procurei mostrar que existem outros caminhos que não apenas o de elevação da receita. E um deles é o do exercício, pelo Congresso, da sua competência plena de examinar a despesa da União e de redefinir a prioridade de investimentos, para que o Executivo faça os ajustes necessários. Com isso, Sr. Presidente, garanto a V.Exa. que não haveria nenhum prejuízo à programação do Poder Executivo.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Para encerrar a discussão, concedo a palavra à Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, acho que tudo já foi dito sobre os esforços desta Comissão, sobre o empenho da Presidência na condução dos trabalhos, sobre a dedicação do Deputado Carlito Merss, que manteve permanente sorriso no rosto, até nos momentos mais difíceis. S.Exa. diz que é nervosismo.

Vimos o esforço pessoal do Relator, do Vice-Líder do Governo, de todos os Deputados na busca de uma saída nos momentos de conflito. Fizemos o possível para nos agrupar em torno do objetivo maior do relatório, o de resgatar algumas prioridades sociais, como o salário do servidor público e o salário mínimo.

Aliás, quanto ao salário mínimo, na mensagem enviada pelo Governo a previsão era de que ele fosse reajustado para 321 reais. O Relator, junto com seus companheiros, teve de se virar para chegar aos 350 reais.

Na brincadeira, sou chamada de caçadora de recursos ou coisa parecida. Então, não posso deixar de agradecer, de público, aos técnicos da Agência Nacional de Petróleo — parte deles está aqui presente —, incansáveis na busca de receitas: dos bônus, dos leilões de lotes petrolíferos, da diferença do barril de petróleo e outras, que alavancaram quase 2 bilhões de reais para o Orçamento. Obrigada.

Deputado Carlito Merss, estou há 20 anos nesta Casa e já tive a oportunidade de dizer-lhe pessoalmente o que quero agora dizer de público, para que fique registrado na mente das pessoas. Muitas vezes nós vimos o Congresso Nacional jogado na sarjeta por causa do comportamento de alguns de seus membros. Esta Comissão, que tentaram inúmeras vezes desmoralizar, é isto que está aqui: um grupo de Parlamentares que tenta assiduamente



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

construir para o País um orçamento que faça justiça tanto à área social, contemplando por exemplo o servidor público — compromisso assumido por esta Comissão e que, se Deus quiser, será cumprido — quanto à área de investimentos, tão necessários para a continuidade de obras iniciadas e paralisadas no meio do caminho.

Aqui não existe magia, não existe maquiagem. Aqui não deixamos as coisas para o futuro, para ver o que acontece depois. Há um relatório pronto. E aproveito para agradecer ao Dr. Consentino e a toda a sua equipe, a essas meninas incansáveis que tanto me orgulham. Antigamente, e não faz muito tempo, na equipe da Comissão Mista de Orçamento não havia uma mulher sequer. Hoje, metade da equipe é formada por mulheres. Quero agradecer-lhes de público a dedicação. *(Palmas.)* Fiquei orgulhosa do senhor, Dr. Consentino, por ter mostrado no debate ocorrido hoje que os técnicos desta Casa não deixam nada a desejar aos do Poder Executivo. E não há confronto, mas colaboração mútua. Vocês mostraram altivez, trabalho e competência.

Quero também cumprimentar a incansável Myrna e toda a sua equipe. Nem no aniversário ela parou de trabalhar; comeu um sanduíche conosco *(palmas)* e continuou ouvindo os nossos lamentos e acompanhando o nosso trabalho.

Ali está também D. Maria, que fica com o livro de presença e procura os Parlamentares para assiná-lo. Este é o Congresso Nacional que o povo não vê na rua: o Congresso que trabalha e que está dando certo.

Deputado Carlito Merss, com sorriso nervoso ou não, com a testa suada, o que nos sensibiliza, V.Exa. conseguiu elaborar peça orçamentária justa. Se faltar algum tostão, pode pedir ao Presidente, que S.Exa. providencia na hora, junto com o nosso Líder.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. por ter-nos motivado tanto nesta luta. Não terminamos ainda a nossa tarefa, mas a etapa que hoje finda é fundamental para que a sociedade conheça a competência e a dignidade deste Congresso. *(Palmas.)*

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Pela ordem, tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, Sr. Relator, quero em primeiro lugar cumprimentar o Presidente da Comissão, em nome da nossa Casa, o Senado, pela serenidade, pela tranquilidade, acima de tudo pelos resultados alcançados junto com o Relator, Deputado Carlito Merss.

O Congresso Nacional é muitas vezes criticado pela sociedade, que nem sempre entende o nosso papel e os procedimentos que adotamos. É preciso que a sociedade saiba que foi desta Casa, deste Comitê de Receita, que surgiu a possibilidade de aumento do salário mínimo, como bem disse o Deputado Luiz Carreira. O salário mínimo chegou aqui valendo 321 reais e saiu valendo 350 reais.

O mesmo posso dizer sobre a compensação financeira prevista na Lei Kandir, sobre a qual não constava recurso nenhum da proposta do Governo. Nós é que buscamos recursos para os Estados exportadores, que geram emprego e são tão importantes para o equilíbrio da nossa balança comercial.

Também foi nesta Comissão que surgiram os recursos para uma ação de governo que eu considero fundamental. Sou Oposição, mas torci e lutei muito para encontrarmos recursos para a implantação do FUNDEB.

É nesta Casa também que se manifestam os funcionários públicos. É à Casa do povo que eles podem trazer as suas faixas, as suas reivindicações. Visitam nossos gabinetes, falam das suas aflições. *(Palmas.)*

Por tudo isso, todos aqueles que compõem esta Comissão e aqui trabalham até tarde da noite merecem o nosso aplauso, o nosso carinho, os nossos agradecimentos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra o Relator, Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Sr. Presidente, eu dizia ao Dr. Consentino que espero ver, depois de efetivamente votada a proposta do Orçamento, no momento em que



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

cotejarmos as receitas com as despesas, talvez em uma semana, esta mesma calma, esta mesma tranqüilidade.

Vou fazer rapidamente alguns comentários sobre o que disseram o Deputado Eduardo Valverde e a Senadora Lúcia Vânia sobre o reajuste salarial dos servidores públicos. Tudo o que conseguirmos em termos de valores será importante. A disputa fica para depois. São 18 planos de carreira e mais alguns acordos.

A luta dos senhores deve continuar. Contem com o apoio da maioria desta Casa na discussão sobre o planejamento da receita. Queremos fazer-lhes justiça, principalmente aos servidores das chamadas carreiras típicas de Estado, que não têm direitos. Mas também é justo que o barnabé, assim chamado com todo o carinho — acho que não é uma agressão —, que há anos sofre e que presta bons serviços à população, obtenham melhora salarial.

Queremos elevar os salários da categoria, enfim, melhorar as condições de vida de quem presta serviços à população.

Gostaria de fazer menção ao que disse a Senadora sobre a calma do nosso Presidente nessas reuniões intermináveis. Um dia ainda vou aprender com S.Exa. Essa é a experiência amazônica, o que não é muito fácil para qualquer um.

Os Deputados Ricardo Barros e Wasny de Roure apresentaram questões específicas sobre números e levantamentos macroeconômicos. Claro, levantamos o valor do dólar: 2,33 reais. Essa questão é importante porque, no caso do SIMPLES, efetivamente haverá receita real de cerca de 3,3 bilhões de reais a mais.

A Medida Provisória nº 275 ainda está sendo discutida, mas a preocupação do Deputado Ricardo Barros será sanada. Está estabelecida a transferência de 60% para o INSS e de 40% para Estados e Municípios. Se isso não for correto, ainda poderá ocorrer modificação durante a apreciação dessa medida provisória.

No caso das agências reguladoras — e faço questão de falar também dos fundos de pensão —, não é decisão fácil para tomarmos aqui. Trata-se de decisão de governo.

Como disse a nossa querida Deputada Rose de Freitas, desde agora chamada de “a caçadora de receitas”, graças ao papel da ANP conseguimos bem mais de 1 bilhão de reais. Vamos ver agora se já podemos, com este relatório, devolver parte disso, porque sabemos que os recursos serão destinados a pesquisas, algo que vai ajudar o próprio Governo e as outras agências também.

O Deputado João Leão disse que a receita teve previsão exageradamente baixa. Deputado, talvez a receita tenha sido até republicaneamente sensata. Espero mesmo daqui a 4 ou 5 meses concluir que erramos de novo, que é muito mais do que colocamos no papel. Maravilha! E teremos, com certeza, mediante muitos mecanismos, a possibilidade de obter resgates, de reduzir a carga. Isso é fundamental. Não podemos trabalhar com uma MP tendo por base dados do passado.

Há 3 semanas foi lançada mais uma série de medidas que desoneram alguns itens da construção civil. Estamos praticamente concluindo a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, uma luta de mais de 20 anos. Informa-me aqui o Deputado José Pimentel que ela está praticamente pronta. Essa lei vai possibilitar a milhares de trabalhadores formalizarem a sua situação; vai possibilitar a redução da carga tributária do setor. E aí, sim, haverá mais receita. A grande discussão é esta: quanto mais redução de carga tributária, maior a receita, porque a formalidade aumenta os rendimentos.

O Deputado Wasny de Roure falou dos 19 milhões administrados por Estados e Municípios. Podemos ver isso depois.

Sobre o item que S.Exa. citou, a discussão é esta: se realmente forem 3,5 bilhões de reais, já existem 368 milhões em recuperação de impostos nesse sentido. Uma das questões específicas está na página 3 do relatório. Estamos trabalhando com os números previstos no relatório (página 13).

Deputado Colbert Martins, é a primeira vez que os nossos técnicos incluem esse item polêmico, motivo do grande embate ocorrido nas últimas reuniões com o Ministério da Fazenda. Em algum momento vão ter de ser explicados esses desvios metodológicos. O grupo



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

chegou à conclusão de que são 4,8%. O item é polêmico, mas se sustenta em histórico recente de erros de desvios metodológicos. É a primeira vez que isso ocorre, e está sendo usado no relatório.

Eu já comuniquei à Deputada Rose de Freitas — e acho que S.Exa. sintetizou o acontecimento — que nós estamos priorizando a sociedade. Estamos trazendo o povo para a discussão.

Esta Comissão sempre foi muito técnica. Discutia muitas coisas importantes, como investimentos e reestruturação, mas, pela primeira vez, de forma veemente, discutiu salário mínimo, Tabela do Imposto de Renda, reajuste salarial de servidores públicos, situação de anistiados. Promoveu, enfim, discussão nova.

E nós vamos ter de encontrar uma solução para uma conta cujo resultado se desconhece. O Estado brasileiro tem de pagar indenização às pessoas que foram massacradas e que perderam o direito de trabalhar, o direito de viver, o que gerou problemas psicológicos e emocionais. O Estado tem de resolver isso, mesmo que, do ponto de vista financeiro, não resolva os muitos problemas emocionais provocados no período de exceção no Brasil.

Eu luto para que, na votação do Orçamento para o próximo ano, reduzam-se os juros e outras demandas; que possamos multiplicar por 1,5 ou 2, ou 3 os investimentos. Eu posso estar exagerando, mas, pelo que vi, se tivesse hoje 60 bilhões de reais só para investimentos, não atenderia à metade das demandas de Deputados, Senadores e Ministros. Para que V.Exas. tenham uma idéia, só agora, apenas em indicações setoriais, foram previstos 19 bilhões de reais. Todos sabem que os Relatores-Setoriais procuraram fazer o máximo possível para não apresentar questões que eu não poderei atender. E sabemos que a tarefa é grande no momento de fechar as contas.

Então, espero conseguir falar menos em juros e em outras tarefas no próximo ano, e falar mais em reconstrução do País.

Aproveito a oportunidade para fazer uma menção especial ao Deputado Luiz Carreira. Orgulho-me de tê-lo conhecido neste mandato. É muito bom ver um Deputado de Oposição qualificar o debate. E S.Exa. faz isso devido a sua experiência profissional (*palmas*). Isso é importante, porque esta é uma casa política, é a Casa do contraditório, das divergências, das polêmicas. Mas, numa Comissão como esta, são corretas as ponderações, porque qualificam o debate e nos obrigam — nós, que somos do Governo — a qualificar os argumentos técnicos.

Eu não tenho dúvida de que todas as questões que S.Exa. tem levantado — não apenas agora, mas também nas discussões anteriores — são justas. É preciso, sim, achar uma saída para reduzir as despesas. E não se trata de cortar para desmontar o Estado. Não é disso que eu estou falando. Estou falando de melhoria da gestão: o Brasil continua gastando muito, porém mal, na sua estrutura administrativa.

Portanto, seus argumentos são corretos, Deputado Luiz Carreira. Eu tenho procurado, na qualidade de Deputado da base do Governo, lembrar essas questões ao Governo. E V.Exa. tem ajudado nisso.

Temos um problema, eu diria, psicossomático — eu não sou psicólogo e talvez esteja dizendo besteira: é impressionante como nós, representantes dos Estados e do povo, nos flagelamos. Às vezes, nós misturamos o debate e acabamos nos prejudicando porque desqualificamos o Poder Legislativo, o que mais se expõe. Não se vê nos outros Poderes a abertura de espaço que permite até mesmo agressões a nós mesmos.

É fundamental o que o Deputado Luiz Carreira menciona em seu pronunciamento, porque os vazios, as falhas que o Executivo cometeu no envio da sua mensagem, nós os estamos recuperando no reajuste do salário mínimo e da Tabela do Imposto de Renda; no reajuste salarial dos servidores públicos; na exportação. E, às vezes, na ânsia de promover a luta política, não valorizamos nem ao menos isso. Precisamos aprender, independentemente das divergências salutares que sempre vão ocorrer. Nós fazemos a luta, mas vamos valorizar mais o nosso trabalho.

Reconheço que uma República, que uma democracia sem o Poder Legislativo forte e atuante será capenga. E nós acabamos insistindo na luta, desqualificando o nosso trabalho.



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

V.Exa. resgata isso, Deputado Luiz Carreira. Hoje, o Presidente Renan Calheiros, em audiência, também nos disse isso.

Vamos falar sobre a conjuntura. A convocação extraordinária terminou ontem. Fomos massacrados. Mas, se fizermos uma análise do período, talvez não nos lembremos de outra convocação que tenha produzido tanto para o País como esta. É claro que há certa frustração pelo fato de ainda não termos votado a proposta do Orçamento. Estamos apreciando o relatório da receita orçamentária, mas ainda não é o Orçamento Geral.

Temos a obrigação de preservar, de valorizar o nosso Poder, porque a democracia tem de sobreviver a partir da retidão dos Poderes. Não se pode manietar ou humilhar o Congresso Nacional porque ele é que representa a população.

Sr. Presidente, acredito que respondi a todas as questões.

Vai ter início parte muito difícil da apreciação da matéria, e quero contar com o apoio de todos.

Agradeço a V.Exas. Espero contar com a mesma benevolência nos próximos dias, para efetivamente votarmos o Orçamento. Se não é o ideal, com certeza será o Orçamento realista que vai ajudar a construir o Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A discussão está encerrada.

Passamos à votação.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o Segundo Relatório do Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária, apresentado pelo Relator-Geral, Deputado Carlito Merss.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

Antes de suspender a reunião, convoco outra reunião para terça-feira, às 14h30min.

A presente reunião está suspensa.

Suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Declaro reiniciada a primeira reunião extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas 1, 2 e 3, de 2006.

Em virtude da visível falta de *quorum* no recinto, vou declarar encerrada a reunião e convocar nova reunião para o dia 7 de março, às 14h30min.

Por que essa convocação? Porque o relatório só ficará pronto mais adiante. Ainda não está pronto o relatório do Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, V.Exa. está encerrando ou suspendendo a reunião?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Vou encerrar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, então V.Exa. vai encerrar a reunião hoje, tendo em vista que o Relator ainda não entregou o relatório. Vamos supor que S.Exa. o entregue amanhã ou depois de amanhã. Contam-se 2 dias para se publicar e não se vota antes de terça-feira. Então V.Exa. marcará uma reunião nova para terça-feira?!

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Para terça-feira, dia 7.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Terça-feira, 7, pela manhã. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Sim, porque na quinta-feira e na sexta-feira não haverá sessões no Senado nem na Câmara.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro. Portanto é impossível...

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Logo após o Carnaval as sessões também serão não-deliberativas, tanto no Senado quanto na Câmara. Efetivamente, vamos ter



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

trabalho a partir da semana que começa no dia 6 de março, segunda-feira. Então, terça-feira, dia 7, no horário costumeiro, às 14h30min, teremos reunião normal desta Comissão.

Amanhã ainda, às 11h, haverá reunião com os Líderes para se decidir sobre as questões pendentes em relação ao Relatório Geral e à previsão de receita feita pela Comissão.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Tenho outra dúvida, Sr. Presidente.

Amanhã, às 11h, a reunião dos Líderes será conforme acordamos, ou seja, para tentar verificar se todos os compromissos assumidos pelo Relator e pelas Lideranças da Comissão, todos juntos, pelas entidades, pelos servidores, pelo pessoal da saúde, enfim, a Lei Kandir, se tudo isso já está equacionado. Se equacionado, terça-feira teremos *quorum* e toda possibilidade de votar o relatório.

Agora, Sr. Presidente, quero saber como ficam os requerimentos de convocação dos Srs. Ministros. Quando os votaremos? Também fizemos um acordo para votar os requerimentos de forma consensual, depois de votados os relatórios antes dos destaques. Já votamos os destaques, vamos votar o Relatório Geral, mas, sobre requerimento de Ministro, nada!

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Todos os requerimentos serão substituídos: em vez de convocação será por convite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - Tão logo haja número, haja *quorum*, votaremos os requerimentos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Obrigada a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gilberto Mestrinho) - A reunião está encerrada.